

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

PALÁCIO XIX DE DEZEMBRO

DIRETORIA LEGISLATIVA

Sessão Ordinária do dia 16 de abril de 2024 - Ata n.º 29.

Aos dezesseis dias do mês de abril de dois mil e vinte e quatro, no Plenário do Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, à hora regimental, foi registrado o quórum necessário de Parlamentares. O Sr. Presidente, Deputado **Marcel Micheletto**, secretariado pelos Sr.ºs Deputados **Delegado Jacovós** (na função de 1.º Secretário) e **Maria Victória** (2.ª Secretária), “*sob a proteção de DEUS*”, iniciou os trabalhos da **29.ª Sessão Ordinária da 2.ª Sessão Legislativa da 20.ª Legislatura.**

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto – PL): “*Sob a proteção de Deus*”, iniciamos os nossos trabalhos. Convido a Sr.ª 2.ª Secretária, Deputada Maria Victoria, a proceder à leitura da Ata da Sessão anterior.

SR.ª 2.ª SECRETÁRIA (Deputada Maria Victoria – PP): Sim, Sr. Presidente. (Procedeu à leitura da Ata da 28.ª Sessão Ordinária, de 15 de abril de 2024.) É o que continha a Ata, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto – PL): Em discussão a presente Ata. **Ata aprovada.** (A Ata permaneceu à disposição dos Sr.ºs Parlamentares na Secretaria da Mesa até o final da Sessão, para que pudessem retificá-la por escrito se assim desejassem.)

Consulto o 1.º Secretário Deputado Jacovós se há Expediente para ser lido.

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Delegado Jacovós – PL): Senhor Presidente, não há Expediente a ser analisado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto – PL): Obrigado, Deputado Jacovós. Vou fazer a inversão aqui do Pequeno Expediente para o Grande Expediente, porque hoje estamos tendo a honra de receber uma comitiva de

Prefeitos de Portugal e para nós é muito importante. Sejam muito bem-vindos à nossa Casa, a Casa do Povo Paranaense, a nossa Assembleia Legislativa. Então, vamos fazer a inversão para que possamos ouvi-los. Estamos recebendo a Missão Diplomática Internacional Portugal-Paraná, que tem como objetivo conhecer, aprender, compartilhar e aproximar investidores europeus das inovações do Paraná. A vinda de vocês é importante para ver o que estamos fazendo aqui no Estado, para que vocês possam também levar, e o conhecimento de vocês para conosco aqui também. Então, quero aqui anunciar e agradecer a presença do Sr. André Bandeira, Cônsul da República Portuguesa no Paraná, de Portugal; do Sr. Mário Constantino, Prefeito de Barcelos, representando os Prefeitos da Comitiva de Portugal; do Sr. Antônio Pereira, Prefeito de Esposende; da Sr.^a Julia Fernandez, Prefeita de Vila Verde; do Sr. Manuel João Tibo, Prefeito de Terras de Bouro; do Sr. Manuel Moreira, Prefeito de Amares; da Sr.^a Olga Maria Esteves de Araújo Pereira Martingo, Vereadora da Câmara Municipal de Braga; acompanhados do Sr. Marcus Von Borstel, Diretor da Secretaria de Inovação do Estado do Paraná; do Sr. Rodolfo Zanin Feijó, Assessor Especial de Assuntos Internacionais da Prefeitura de Curitiba; do Sr. Alexandre Teixeira, Conselheiro Consular da Câmara Paranaense de Comércio e Indústria Brasil-Portugal; do Sr. Antônio Francisco Corrêa Athayde, da Câmara de Comércio Brasil-Portugal do Paraná, Federação das Câmaras Portuguesas de Comércio no Brasil; do Sr. Adriano Greco da Fonseca, da Câmara de Comércio Brasil-Portugal do Paraná, Federação das Câmaras Portuguesas de Comércio do Brasil, equipe de apoio; do Sr. Joshua Moreira, da Empresa CEO Follow Up Global-Projeto Internacional; do Sr. Rafael Moreira; e da Sr.^a Ângela de Paula. Todos sejam muito bem-vindos, prefeitos, vereadora e aqueles também do Governo do Estado, Diretores da Secretaria de Inovação. Sejam bem-vindos à nossa Casa. Queria deixar aqui a oportunidade para dar as boas-vindas, em nome da nossa Assembleia Legislativa, a Deputada Maria Victoria. Gostaria, Maria, de fazer uma fala rapidamente. Está à disposição para V.Ex.^a.

DEPUTADA MARIA VICTORIA (PP): Gostaria de dar as boas-vindas a toda a Comitiva de Portugal, já cumprimentada pelo nosso Presidente Micheletto, que

está conduzindo esta sessão. Cumprimento também o Deputado Jacovós, o Deputado Requião Filho, que é Presidente da Comissão de Assuntos Internacionais e Mercosul, que conjuntamente fez os cumprimentos e as boas-vindas a toda comitiva, aqui representada pelo Sr. André Bandeira, que é Cônsul da República Portuguesa no Paraná e Portugal; Sr. Mário Constantino; os Prefeitos Antonio Pereira, Julia Fernandez e Manuel Moreira; Sr.^a Olga Maria Esteves de Araújo, que é Vereadora da Câmara Municipal de Braga; Rodolfo Zanin Feijó, neste ato também representando o Prefeito Rafael Greca; Sr. Marcus Von Borstel; Sr. Alexandre Teixeira, que é Conselheiro Consular da Câmara Paranaense de Comércio e Indústria Brasil-Portugal, agradeço a deferência; também o Sr. Antônio Athayde e o Sr. Adriano da Fonseca. Da mesma forma, a equipe de apoio, já cumprimentada também no CEO da Follow Up, junto com o Secretário Executivo Joshua Rafael Moreira e Ângela de Paula. Sintam-se cumprimentados e todos muito bem-vindos à Assembleia Legislativa do Paraná. É uma honra para nós recebermos no dia de hoje uma comitiva tão importante, de um país que admiramos tanto e que faz parte da nossa história brasileira. Temos aqui no Estado do Paraná a cidade de Curitiba, que é a Capital do Estado, a cidade mais inteligente do mundo, eleita recentemente e premiada em Barcelona. Temos tecnologia, bastante tecnologia na agricultura, no agronegócio, produção de biogás, de biometano, hidrogênio renovável, qualidades que o Estado do Paraná tem e que, também, tem muita alegria em poder dividir com cada um de vocês esta experiência que já adquirimos. Mas, mais importante do que isso podemos fazer uma troca porque também temos muito a aprender, como eu disse, com cada um de vocês, com Portugal. Então, que possamos fazer essa troca de experiências e de conhecimento para que o Estado do Paraná e, também, a região toda de Braga – cumprimento aqui a Vereadora Olga e, em seu nome, da região –, possamos fazer esse intercâmbio de conhecimento. Agradeço muito a visita. Espero poder contribuir com aquilo que vocês estão procurando, aqui no Estado do Paraná. Temos 54 deputados que fazem um trabalho brilhante. Temos 10 Deputadas, aqui representadas pela nossa Líder da Bancada Feminina, Mabel Canto. Hoje temos a maior bancada da história da Assembleia Legislativa e,

inclusive, às 17 horas, no Palácio Iguaçu, hoje temos uma grande vitória para os direitos da mulher. Assinaremos, junto ao Governador em exercício, Darci Piana, o Código de Defesa e Direitos da Mulher, que foi elaborado nesta Casa de Leis e aprovado por unanimidade por todos os Parlamentares. Então, é um dia muito feliz aqui na Assembleia, e se agracia e abrilha com a presença de cada um de vocês. Muito obrigado. E sejam muito bem-vindos a nossa Casa.

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto - PL): Muito bem, Maria. A Maria fez as honras da Casa. Então, como disse, sejam muito bem-vindos à Casa do Povo Paranaense. Quero aqui conceder a palavra ao Sr. Mário Constantino, Prefeito de Barcelos, neste ato representando as autoridades da comitiva Missão Diplomática Internacional Portugal e Paraná. Seja muito bem-vindo. Dizer também ao Prefeito Mário que também fui Prefeito por duas vezes, fizemos algumas atividades também buscando informações, buscando orientações na Europa, passamos por Portugal em missões que fizemos de Prefeitos aqui do Estado do Paraná, para que pudéssemos também buscar aquilo que vocês fazem com excelência. E vejo que vocês também vêm agora ao Paraná buscar também essa questão de inovação, da tecnologia, essa conexão. Então, isso é muito importante, essa troca de informações. Eu, que fui Prefeito, fico feliz de ver vocês, Prefeitos, vindo aqui também ver o nosso potencial, aquilo que de bom fazemos também. Seja muito bem-vindo. Tem a palavra o Sr. Mário Constantino.

SR. MÁRIO CONSTANTINO: Muito obrigado. Muito boa tarde a todas e a todos. Senhor Presidente Deputado Marcel Micheletto, Sr. 1.º Secretário Deputado Delegado Jacovós, Sr.^a 2.^a Secretária Deputada Maria Victoria, caros colegas, Presidentes de Câmaras e Prefeitos, Sr. Cônsul, Sr.^s representantes de várias instituições aqui também presentes. As minhas primeiras palavras são naturalmente para agradecer o acolhimento e a forma tão simpática como nos receberam, e dizer que é um privilégio para todos nós termos a oportunidade de perceber e ver as vossas boas práticas em algumas áreas, sobretudo na inovação, na tecnologia, na sustentabilidade, que nos vão permitir por certo conseguir encontrar as melhores respostas para atender as necessidades das nossas populações. O Cávado, que aqui representamos, tem uma área de 1.246

quilômetros quadrados, representando cerca de 5% da superfície territorial da região Norte de Portugal. A região do Cávado possui cerca de 420 mil habitantes, sendo uma das mais populosas e vibrantes do Norte de Portugal. A qualidade de vida é resultante dos núcleos urbanos competitivos e altamente desenvolvidos, aliados à proximidade de regiões rurais limpas e naturalmente ricas, tem resultado no aumento da atratividade da nossa região. Essa atratividade não se verifica apenas na captação de residentes oriundos de outros territórios portugueses, mas também de um incremento na população estrangeira com o estatuto do residente. A título exemplificativo, queremos dar nota que 120 mil estrangeiros têm estatuto de residentes no Norte de Portugal, sendo que 20% residem no Cávado, e destes, 58,5% são de origem brasileira, denotando-se alta receptividade social, cultural do povo brasileiro no nosso território. Esta evolução favorável tem posicionado o Cávado como um território de referência em nível internacional. A título de exemplo, a comissão, em 2023, posicionou o município de Braga como a 10.^a cidade com maior nível de satisfação por parte dos residentes, e a terceira cidade mais acolhedora para estrangeiros. Cávado é também uma região com tecido econômico inovador, pujante e orientado para o exterior. É ainda patente que a atração populacional não se verifica apenas pela qualidade de vida inerente ao território, mas também decorrente do alto dinamismo econômico, nível de emprego e condições de trabalho de excelência. Para se ter uma ideia, no ano de 2022, a região era a casa de mais 55 mil empresas, observando-se um aumento de 20% face a 2018. Em termos globais, essas empresas faturaram mais de 16 milhões de euros em 2021, dos quais 3,3 milhões resultaram de exportações. Não é por acaso que o nosso Ministro da Economia e Interior dizia que é a região mais pujante do País e o motor da economia portuguesa. A aproximação e o enraizamento cultural, desde a nossa Constituição em 2008, nossa criação, sim, Comunidade Intermunicipal do Cávado, temos trabalhado arduamente para promover uma gestão coordenada e sustentável. Hoje tenho o prazer de estar diante de vós no Estado do Paraná, uma região que, tal como o Cávado, tem demonstrado um compromisso firme com a inovação e a sustentabilidade. Esta missão a Curitiba marca um passo crucial na nossa estratégia de cooperação

internacional. Estamos aqui não só para aprender com as vossas políticas públicas exemplares, mas também para construir pontes duradouras. Com a assinatura dos protocolos de intenção que ontem fizemos, reafirmamos o nosso compromisso de trabalharmos juntos pelo benefício mútuo das nossas comunidades, em um esforço para abraçar novas ideias e práticas inovadoras. Visitamos projetos em Curitiba que são verdadeiras referências em inovação urbana: no trânsito, na mobilidade, na sustentabilidade, na energia verde, na energia azul. São exemplos de boas práticas que queremos levar para Portugal. Este encontro é também uma oportunidade única para trocarmos experiências, estabelecermos metas comuns, que enfrentem os desafios contemporâneos, desde a sustentabilidade ambiental até a inovação digital. Acreditamos que as nossas futuras conversações nos ajudarão a mudar um futuro onde o Cávado e o Paraná se destaquem pela sua capacidade de adaptação e pela sua resiliência. Além disso, a colaboração com Curitiba, uma cidade com uma trajetória exemplar na incubação de tecnologias avançadas e no desenvolvimento sustentável, abrirá novas portas para as nossas startups, permitindo-lhes expandir as redes e a explorar novos mercados. Juntos podemos desenvolver projetos que impulsionem as nossas economias e ofereçam soluções inteligentes para os desafios globais que enfrentamos. Muito obrigado pela vossa atenção. Agradecemos imensamente a vossa hospitalidade e pela oportunidade de estarmos aqui, para trabalhar lado a lado para um futuro mais próspero e sustentável. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto - PL): Nós que agradecemos. Ficamos felizes por esta troca de experiência novamente. Sejam muito bem-vindos à Casa do Povo Paranaense, a nossa Assembleia Legislativa. Desejo sucesso aos Prefeitos, Prefeitas, Vereadoras, todos vocês. Essa troca de experiência é para isso, para que possamos levar cada vez mais qualidade de vida ao povo português, logicamente ao povo brasileiro, mas ao nosso Estado do Paraná. Isso é muito importante. Então, sejam muito bem-vindos. Neste momento, **suspendo a Sessão** para cumprimentos e registros fotográficos. E nós também queremos presenteá-los com uma lembrança da nossa Casa. **Está suspensa a Sessão.**

(SESSÃO SUSPENSA.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto – PL): Reabertos os trabalhos. Voltamos ao Pequeno Expediente. Como não há nenhum orador inscrito, já encaminhamos aos oradores do horário das Lideranças. Deputado Tito Barichello, primeiro orador do horário das Lideranças. Vossa Excelência tem 10 minutos para fazer o seu pronunciamento.

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICELLO (UNIÃO): Cumprimento o Ex.^{mo} Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná em exercício; cumprimento o Líder do Governo, o Líder da Oposição, meus caros Pares, os cidadãos que me assistem através da *TV Assembleia*, os jornalistas e a sociedade. Primeiramente, utilizo a palavra para congratular José Carlos Araújo, aqui presente. Gostaria que se levantasse. Pai de família, evangélico, compositor, homem de Deus, pelo trabalho magnífico que faz em prol da sociedade. Então, fica o nosso voto de congratulações que foi entregue em momento anterior. Muito obrigado. Agradeço-lhe. Em um segundo momento, Senhores, quero parabenizar o Conselho da Polícia Civil do Estado do Paraná, em virtude da Resolução n.^º 01/2024, nas pessoas do Dr. Sílvio Rockembach, do Dr. Riad, do Dr. Marcelo, da Dr.^a Maritza, do Dr. Renato, do Dr. Alan e do Dr. Adriano. Por quê? Porque, através da Resolução n.^º 01/2024, estabeleceu-se o direito, Deputado Jacovós, de os policiais civis utilizarem armas tanto do Sigma quanto do Sinarm no exercício da atividade profissional. Não havia motivos para isso, obviamente que o Estado disponibiliza armas de fogo, mas arma para o policial é sinônimo de vida e cada um deve utilizar a arma que compreender que vai ao encontro da sua segurança. Se o policial tem uma arma registrada no Sigma ou se tem uma arma registrada no Sinarm, essa arma cumpriu as determinações legais. Então, aprovado está no Conselho da Polícia Civil esta mudança significativa. Obviamente que hoje temos uma arma de padrão internacional disponibilizada, que é a Bereta, pelo Governo Ratinho Júnior. Em momento anterior, senhores, tínhamos pistolas ultrapassadas. A minha pistola, para V.Ex.^{as} terem uma ideia, era uma pistola 840 da Taurus que encharutou logo na Escola de Polícia Civil na época e nunca a utilizei, guardei no cofre e usava uma marca particular, Glock, austríaca. Temos excelentes marcas

no mercado, como Glock, Taurus e Sig Sauer, e se os policiais têm a arma no Sigma, se têm a arma no Sinarm, nada mais justo, nada mais correto que possam utilizar essas armas em serviço. Até porque o objetivo é o controle, é o rigor em relação à efetiva utilização da arma, e se a arma está registrada não havia motivo para que não ficasse disponibilizada para o policial. Até porque todas as armas do Sigma estão registradas no Sinarm. Então, era algo que era pedido pelos nossos policiais civis, que muitos deles são CACs, e é mais uma vitória da Polícia Civil e dos CACs policiais, que agora podem, de forma efetiva, sem dúvida alguma, utilizar essas armas no exercício da atividade. Apesar de eu compreender em momento anterior que a Lei n.º 10.826 já previa essa possibilidade, porque ela permitia o porte de qualquer arma registrada em nome do policial em todo o território nacional, apesar de eu compreender que já havia isso, nada melhor do que a Polícia Civil. Neste momento está de parabéns então o Conselho da Polícia Civil, em especial o Dr. Adriano, que foi quem teve a iniciativa de fazê-lo, que é o Presidente da Adepol, pela proteção da sociedade. Quem ganha é a sociedade civil e quem ganha é a Polícia Civil. Também, Ex.^{as}, uso a palavra para pedir apoio da Defensoria Pública em relação a um Requerimento de envio de expediente que já foi aprovado por esta Casa, que pede a análise da criação de um Núcleo de Proteção aos Policiais que, no exercício da atividade, acabem sofrendo um processo administrativo ou um processo criminal. O que significa isto, Sr. Presidente? Significa que a Defensoria Pública, que é formada por Defensores Públicos, por advogados inscritos na OAB, deverão ter um núcleo, no meu entender, especializado em proteger os nossos policiais. Já temos núcleos que protegem as mulheres, as crianças, grupos minoritários, como moradores de rua... Isso mesmo, moradores de rua têm um núcleo de proteção na Defensoria Pública, mas os nossos policiais não têm. Então, como já existe em São Paulo, apresentei um Requerimento que já foi aprovado nesta Casa e solicito então à Defensoria Pública que nos receba para tratarmos deste tema tão importante, Delegado Jacovós, que é a proteção dos nossos policiais. Quem imagina que um policial não tem problemas é porque não conhece a realidade. Vou dar um exemplo bem simples para vocês, um cumprimento de um mandado de prisão. O

policial vai à casa, cumpre o mandado, tem a busca e apreensão e os criminosos em regra sempre mentem, porque criminoso mente – mente na audiência de custódia, mente no interrogatório, mente como testemunha. Criminoso só mente! E às vezes, infelizmente, algumas autoridades públicas acabam dando relevância a essas mentiras, a esses perjúrios desses criminosos e o policial acaba muitas vezes, Sr. Presidente, sofrendo um processo administrativo e um processo judicial e isso tem custo, mesmo, Deputado Denian, mesmo que em momento posterior ele seja absolvido. O policial que sofre um processo administrativo tem um desgaste, porque ele vai contratar um advogado – quando ele tem um processo criminal, ele tem que contratar um defensor. E estou pedindo aqui na Defensoria Pública somente quando for no exercício da atividade! Não estou dizendo que o policial que se envolva em uma briga de rua tenha que ter um defensor público. Não é isso! Não estou dizendo que o policial que se envolva em uma briga com a esposa tenha que ter defensor público. Não é isso, Deputada Márcia. Mas, precisamos que quando houver o exercício da atividade e no exercício da atividade ele sofrer algum tipo de mácula jurídica, seja em processo administrativo ou criminal, a Defensoria Pública tenha um núcleo especializado que possa defendê-lo. Aliás, como já existe, Deputado Do Carmo, em São Paulo. Em São Paulo já temos a proteção aos policiais, e precisamos trazer aqui para o Estado do Paraná. Confio muito no nosso Governador do Estado, Carlos Massa Ratinho Júnior, e tenho certeza de que a Defensoria Pública, que pertence ao Poder Executivo, está analisando este Requerimento e a possibilidade real de criamos este núcleo de proteção aos nossos policiais, porque todo policial que trabalha muito, em regra, tem problemas na Corregedoria e tem problemas às vezes criminais, por isso precisamos defendê-los, colocar advogados à disposição na Defensoria Pública. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto – PL): Próximo orador, Deputado Arilson Chiorato, pela Liderança do PT. Vossa Excelência tem 10 minutos para falar. Antes disso, quero agradecer a presença dos alunos do 8.º ano do ensino fundamental II do Colégio Estadual Dr. Chafic Cury, do município de Rio Azul. Sejam muito bem-vindos à nossa Casa. Acompanhados pela pedagoga Eva,

pela professora Jussara e pelo professor Tarcísio. Sejam bem-vindos à nossa Casa.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente, hoje pela manhã foi realizada aqui na nossa Casa uma Audiência Pública sobre o direito à mobilidade no município da Lapa. Uma audiência muito rica, que teve muita participação. Uma audiência que visa debater o novo pedágio, em especial a problemática trazida pela praça de pedágio na cidade da Lapa. A cidade da Lapa, histórica no Paraná, tem novamente um pedágio colocado que acaba segregando o município da Lapa ao distrito de Mariental e as comunidades quilombolas, e nesse processo as comunidades quilombolas estavam representadas lá pela Cláudia e outros atores. Também o distrito de Mariental levou os seus representantes. A cidade da Lapa esteve representada por municíipes, mas também pelo Prefeito, e pudemos fazer um grande debate e tirar um ótimo encaminhamento. Uma audiência proposta por mim e pelo Deputado Goura, mas também teve a participação do Deputado Luiz Claudio Romanelli, do Deputado Batatinha, da Deputada Luciana Rafagnin, do Professor Lemos, do Evandro Araújo, do Tercilio Turini e, também, teve a presença da concessionária Via Araucária, na figura do Sr. Sérgio Santillan. Esse debate foi muito proveitoso no sentido que ouvimos da comunidade as suas principais dificuldades. Como que é difícil viver em um município quando tem a rotina modificada radicalmente por um pedágio. Eles relatam a toda sociedade que agora para se deslocar para trabalhar do distrito de Mariental a cidade da Lapa tem que pagar pedágio; para ir buscar o filho na escola tem que pagar pedágio; para ir comprar remédio na farmácia tem que pagar pedágio. E teve um exemplo, teve uma pessoa que levou hoje um pacote com pães e perguntou para todo mundo que estava lá qual era o preço do pão que eles pagavam pela manhã. Em tese, dois pães R\$ 1,50. Ele falava: *Olha, o meu pão custou mais de R\$ 30,00. É o gasto que eu tive de combustível e de pedágio para chegar até à padaria, por conta do custo do novo pedágio nesse processo.* Muitas pessoas fizeram uso da palavra, muita gente humilde inclusive, depoimentos sensíveis; depoimentos, Deputado Denian, que nos deixam embuídos, Batatinha, de fazer uma reflexão do nosso papel aqui. Esta Casa precisa atuar de forma conciliadora nesse processo

do novo pedágio. Nós estamos aqui para fazer com que as pessoas não sofram essa injustiça. Para além do distrito de Mariental, dos quilombolas e da Lapa, estiveram também representantes do município de São José dos Pinhais e da comunidade Lavrinha, que também são afetadas da mesma forma. Além disso, estiveram pessoas também de São Luiz do Purunã e Balsa Nova que tem o mesmo problema. E, ainda, tivemos participações *on-line*. Chegamos a bater 255 pessoas remotamente e teve relatos do Paraná como um todo: da cidade de Jacarezinho com o Marques dos Reis, que é um distrito; da cidade de Corbélia, que tinha a praça – e o Batatinha relatou lá para gente –, que divide o município com alguns distritos; da cidade de Mandaguari também teve participação. Ou seja, o Paraná como um todo está muito preocupado com essa problemática do pedágio. E essas imperfeições que ocorrem hoje, a Frente Parlamentar do Pedágio tratou aqui. Todos os Deputados que participavam se manifestaram contrários a termos um pedágio que não houvesse isenção para os moradores onde fosse colocada essa praça, onde segregasse a população. As audiências públicas que foram feitas também levaram a esse conhecimento. Além disso, foi exposto também inúmeras ações judiciais que estão sendo colocadas para que se tenha gratuidade – falou-se da de Jacarezinho, falou-se a que o município da Lapa entrou; e ontem foi relatado que alguns moradores conseguiram no Juizado Especial local o direito à gratuidade. No entanto, não podemos fazer dessa questão do pedágio uma disputa puramente política. Precisamos, dentro do curto prazo, resolver o problema desses moradores, e para isso tiramos que vamos constituir via Assembleia – e aqui, Presidente, o encaminhamento é direto a V.Ex.^a. Foi colocado lá hoje pelos Deputados que a Presidência da Casa, a Mesa, puxe uma discussão dentro da Casa, dentro da Assembleia, traga representantes do Governo do Estado, do Governo Federal, da ANTT, da Agepar, para de forma conciliadora e administrativa resolvemos essa gama. Deve dar em torno aí hoje das duas concessões, Deputada Márcia Huçulak. Tem quatro casos – Jacarezinho, Lapa, São José dos Pinhais e Balsa Nova –, mas tem nos outros lotes essas que já colocamos. Se não resolvemos essas quatro agora, muito provavelmente vai repetir no resto do Estado. E a reunião tem que ser na forma de

conciliação: achar uma solução administrativa dos órgãos federais, estaduais, com as concessionárias, e criarmos a gratuidade já para essas pessoas. Então, foram colocadas várias alternativas, desde da diminuição do ISS do município como forma de isenção, desde o deslocamento da praça original para se colocar uma praça em outro local. Também foi aventada a possibilidade desses distritos pagarem por quilometragem rodada. A empresa se prontificou a entregar para o município, na semana que vem ou mais tardar na outra, um software para fazer o cadastro dos afetados, para termos a real dimensão do problema. Uma coisa é certa: o único que não tem culpa desse processo do pedágio é o povo. E esta Casa aqui tem a obrigação de fazer o papel de mediação.

Deputada Luciana Rafagnin (PT): Concede um aparte, Deputado?

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Agora, tem que ter o Governo Federal responsável por parte do problema, tem que ter o Governo do Estado, tem que ter a ANTT, tem que ter a Agepar. Ou nós fazemos isso ou vamos nos omitir do processo e, ainda, vamos ser coniventes com essa situação do pedágio. Então, deixo a informação aqui para Casa, para Mesa fazer esse encaminhamento. E quero fazer um convite, quero convidar os 54 Deputados para fazermos – os 54 – parte dessa formatação, para que levemos isso como um assunto da Casa, independente da cor partidária. Ou resolvemos o problema do pedágio ou ele vai voltar com mais força e mais nocividade a nossa população. Deputada Luciana.

Deputada Luciana Rafagnin (PT): Quero parabenizar V.Ex.^a, juntamente com o Deputado Goura, que foram os proponentes da audiência hoje sobre mobilidade. Com certeza uma audiência com muito sucesso, com uma grande participação e muitas sugestões. E eu acredito que temos, sim, que encontrar uma saída para isso, até porque não é só o debate que aconteceu hoje com a questão da região aqui da Lapa, no município da Lapa e região, mas, sim, isso envolve todos os municípios. Inclusive citávamos na audiência que o Sudoeste do Paraná não tem praça de pedágio hoje, mas vai ter, e queremos assegurar a todos os moradores no município onde vai ficar a praça de pedágio que vão poder transitar, que vão poder passar sem pagar o pedágio. E aquilo que falamos na reunião também,

Deputado Arilson, o direito de ir e vir. As pessoas têm o direito de ir e vir sem pagar o pedágio porque elas residem ali. Elas vão para uma consulta, elas vão por uma questão da escola, elas vão para o mercado. Como que elas vão passar todo dia no pedágio pagando pedágio todo dia? Um depoimento que foi citado lá de que uma professora 40% do seu salário seria para pagar o pedágio. Então, é impossível que possa acontecer isso. É impossível que as pessoas vão sobreviver com um pedágio tão alto. E o histórico que temos é esse no Estado do Paraná. Os 24 anos foram de tarifas altas e poucas obras. E o que não queremos agora é que venha um pedágio de 30 anos – os contratos são para 30 anos –, e não podemos concordar. Temos, sim, que assegurar a todos os cidadãos paranaenses o direito de ir e vir, para as pessoas que moram onde fica a praça de pedágio – nesses municípios. Temos, sim, que fazer a nossa parte aqui e defender esse direito de todo cidadão paranaense.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Para você ter um ideia, Presidente, inúmeros moradores que moram a um quilômetro da praça do pedágio reclamavam que não tinham condição a ir ao Hospital da Lapa, que é um hospital de referência inclusive para região, fazer o tratamento do SUS porque não tinha dinheiro para pagar o pedágio. Separados a um quilômetro! Tem gente que mora a 100 metros da praça de pedágio que está parando de levar o filho à escola na sede do município, porque não tem dinheiro para pagar o pedágio. E são situações inusitadas. Uma mãe colocou que ela gasta o pedágio para ir de manhã, deixa o filho na escola, volta e paga, e a hora que vai buscar paga de novo. Ela paga quatro pedágios no dia para andar cinco quilômetros. Então, tem que ter o bom senso. E as concessionárias têm que também entender que o pedágio tem uma função social. Quando foi construído o modelo de concessão... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto - PL): Vossa Excelência tem mais um minuto.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Quando se construiu o pedágio, a ideia inicial era garantir segurança, trafegabilidade, condições das pistas e fazer a

economia fluir. Mas esses equívocos, como esse da Lapa e outras cidades, fazem o contrário disso. Se não criarmos uma medida para resolver esse problema vamos fazer com que a vida das pessoas sejam pioradas pelo pedágio. Ninguém nunca foi contra aqui a discussão de se ter o pedágio. Todas as vezes a preocupação era em torno do preço, da obra não entregue, do prazo e dos males que ele estava causando. Agora, se repetirmos de novo tudo aquilo que não foi colocado estaremos sendo errado com a população. Portanto, essa questão da isenção ou de uma solução alternativa tem que ser pauta diária aqui da nossa Casa. Acho que a solução é encampar via Mesa Executiva da Assembleia a isenção dos pedágios para esses municípios, como primeira tarefa nossa. Obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto - PL): Antes de chamar o próximo orador, Deputado Luiz Claudio Romanelli, quero dizer ao Deputado Chiorato. Ontem vimos vários Deputados aqui, o Deputado Batatinha, vários se pronunciaram com relação a este tema. É um tema da Casa, a Casa precisa participar, a Mesa precisa ter este conhecimento, fazer uma busca dos 54 Deputados. Têm sugestões, têm opiniões importantes. O Deputado Tercilio falou ontem também, vários Deputados. Não dá para sacrificar a população desses municípios. Aí vamos ter as novas concessões, vai vir este problema novamente. Então, acho que a Casa precisa se envolver, temos que construir soluções. E a Mesa Diretiva tem que buscar, participar, sim, até porque nós Deputados conhecemos a realidade de cada uma dessas regiões e não podemos sacrificar a população, principalmente desses municípios, e cortar esses municípios ao meio e dividir essa população que quer estar unida, que quer continuar vivendo em paz. Parabenizar à sua ação. Em nível federal é importante ter bom senso. O Governo do Estado do Paraná também se envolver. E esta Casa, que defende o povo paranaense, precisa se envolver para que possamos fazer isso. Quero aqui fazer uma saudação também especial, em nome do Deputado Do Carmo, agradecer a presença do nosso Genivaldo, Presidente da Câmara de Presidente Castelo Branco; da Caroline, assessora legislativa da Câmara de Nova Esperança; e da Tiara, Procuradora da Câmara de Nova Esperança. Então, uma saudação a todos

vocês. Sejam bem-vindos, a pedido do Deputado Do Carmo. Próximo orador, Deputado Luiz Claudio Romanelli. Vossa Excelência tem dez minutos, pela Liderança do PSD.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Senhor Presidente, até atendendo a um apelo da Bancada Feminina, vou ser extremamente econômico na minha fala, até para poder lembrar a todos que temos hoje um evento no Palácio, a sanção da lei que criou o Código da Mulher. Então, Deputada Mabel, serei extremamente objetivo. Primeiro, Presidente Marcel Micheletto, dizer que V.Ex.^a fica muito bem sentado nessa cadeira de Presidente desta Sessão aqui. E é uma honravê-lo aí. Ao mesmo tempo cumprimentar os demais membros da Comissão Executiva, o nosso 1.^º Secretário Alexandre Curi, nossa 2.^a Secretária Deputada Maria Victoria. E olha, Deputado Gugu Bueno, a Comissão nossa, a Comissão de Obras e de Transportes, de Infraestrutura, tem todas as condições de promover, Deputado Arilson, todos os debates necessários em relação ao tema do pedágio. Entendo isso porque a audiência pública hoje foi extremamente importante na medida que demonstrou claramente a realidade de toda uma comunidade rural do Distrito de Mariental, do Freixo, enfim, de toda aquela região da Lapa, onde tivemos aqui a presença do Prefeito Diego, do Vereador Fenelon, de todas aquelas lideranças, enfim, que ali compareceram. E trouxeram à baila um problema grave que cansamos de alertar, Deputado Micheletto, no âmbito da Frente Parlamentar sobre o Pedágio que, aliás, o senhor sabe, foi extinta aqui nesta Casa, por vontade política daqueles que não queriam a discussão, como foi extinto também o convênio de cooperação que tínhamos com o Instituto de Tecnologia, Transporte e Inovação da Federal que subsidiava, de forma robusta, o debate técnico que é necessário ter. O fato concreto é que o Governo Federal, por mais que tivesse sido alertado por mim, pelo Deputado Chiorato, por todos aqueles que foram a Brasília, na ANTT, no Ministério dos Transportes, na Casa Civil da Presidência da República, nós avisamos. Não foi por falta de falar desse problema que existe, das comunidades, dos distritos, que a população depende da cidade-sede para poder sobreviver, para poder ir à escola, para ir à farmácia, para poder fazer o mínimo, o básico do dia a dia. É Marques dos Reis, em Jacarezinho,

são aquelas comunidades em torno do pedágio de São José dos Pinhais, é na Lapa com Mariental, é em São Luiz do Purunã, como também é Corbélia lá que temos o distrito, e como tantas outras situações. O fato concreto é que vêm as licitações ainda do lote 3 e 6. Vem a licitação do lote 4 e 5. Ou alteramos essa regra ou vamos ver isso sendo perpetuado. Além do que, Deputado Arilson, tem sim uma solução para isso. Tem uma solução que é de criar para o pedágio, nesses casos, ou se não é possível fazer a isenção, porque o Congresso Nacional também poderia ter legislado sobre esse tema, mas, obviamente, que atendeu o interesse das grandes concessionárias. Há de se ter uma solução que é criar uma tarifa social. Uma tarifa, de fato, para os moradores de distrito e os que têm o dia a dia da sua vida afetada com uma tarifa simbólica que possa viabilizar o ir e vir dessas pessoas, que eles não tenham a suas vidas interrompidas. Então, é necessário promover esse debate, essa discussão. Esta Casa aqui nunca ficou silente, não vai ficar silente. Como muita gente que vivia nas redes sociais, nas rádios, nas televisões, cantando em verso e prosa as maravilhas. Aliás, cada vez que ouço uma expressão que diz o seguinte: *O pedágio, a modelagem do pedágio do Paraná é o estado da arte, de tão bom que ficou.* Bom, sabemos, começou muito mal. Esperamos que ao longo do caminho as coisas vão se revertendo, mas que começou mal começou muito mal, com muitos conflitos, com problemas complexos, inclusive a resistência de cumprir o próprio contrato de pedágio. Pedágio com mais de 200 metros de fila, em horários normais, ou 400 metros em horários de pico, com 15 minutos de espera, tem a obrigação de abrir a cancela e ponto final. Está no contrato. A concessionária tem que respeitar isso. O fato concreto é do que temos até agora de positivo é que as concessionárias estão dispostas a dialogar. Vieram semana passada a esta Casa; vieram esta semana novamente; e isso demonstra pelo menos que estão com boa vontade, tem um princípio da boa-fé, tenho que reconhecer que está sendo importante. Agora queria dizer a todas e todos o seguinte. Ontem participei aqui, em nome da Comissão de Obras e Transportes desta Casa, de um debate promovido pela Federação das Indústrias do Estado do Paraná, sob a liderança do Presidente Edson Vasconcelos, para discutir o setor ferroviário do nosso Estado. A Fiep tem

um conselho temático, que já debateu na área de infraestrutura a questão do porto, que também é desafiador, porque o nosso porto, se olharmos por uma ótica, ele tem batido recordes. Por outra ótica, temos que verificar que ele tem batido tetos de movimentação de mercadorias, porque sabemos que temos em média sempre 100 navios em espera para poder embarcar mercadoria ou desembarcar mercadoria em Paranaguá. Nós, de fato, temos que modernizar muito mais ainda do que todos os investimentos que estão sendo feitos no porto público de Paranaguá e com os operadores privados. Mas, o que verificamos ontem é que temos uma grande desafio. O nosso setor rodoviário está no limite, está saturado. Ou vamos de fato ter uma solução com o transporte ferroviário ou o futuro nosso será um futuro nada promissor para a economia paranaense, especialmente para os exportadores e importadores pelo Porto de Paranaguá. O fato concreto é que temos aí a renovação da malha Sul da ferrovia. O final disso é 2027. O ideal é fazer uma nova licitação. Olha, Deputado Micheletto, o Oeste do Paraná sabe o que tem enfrentado, porque construímos a Ferroeste. Ainda no Governo Requião e Mário Pereira foi construída a Ferroeste. Infelizmente, a Ferroeste na relação com a Rumo, embora tenha o direito de passagem, tem enfrentado grandes dificuldades. Temos todo o setor produtivo que paga um preço alto. Temos, por exemplo, toda a região, Deputado Douglas, de Campo Mourão, que não tem ferrovia para fazer o transporte da safra das regiões mais produtivas do Estado do Paraná. Temos um problema que quero dizer o seguinte: não pode ficar nas nossas custas aqui a malha sul inteira – Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Temos que cuidar da malha do Paraná, a malha paranaense. É isso que interessa para nós. E quero crer que reuniões, eventos como o feito ontem, um grande evento feito pela Fiep, são fundamentais, porque participou a Secretaria Nacional de Transporte Ferroviário, que foi recém-criada no Governo do Presidente Lula, de uma forma muito responsável, aliás. Estava presente a área de regulação, a superintendência de ferrovias da ANTT. E tivemos também a Bancada Federal participando: o Deputado Toninho Wandscheer, o Deputado Zeca Dirceu. Além de mim, participou o Deputado Estadual que preside a Frente de Engenharia aqui desta Casa, Fabio Oliveira. Temos que debater, trazer esse tema aqui porque é

um tema relevante e importante para a economia paranaense. É fundamental que pensemos o nosso futuro, senão vamos ficar estrangulados no nosso desenvolvimento. E têm muitas variáveis, a começar pela expansão das nossas cadeias produtivas, até porque consumimos 100% da nossa produção de milho e temos que importar milho do Paraguai e de outros Estados da Federação para poder viabilizar. E cada vez mais, sabemos, quanto mais o produtor vender seu produto diretamente para uma cooperativa e essa cooperativa tiver uma unidade de agroindustrialização, ele vai agregar valor àquilo que ele produz na sua terra. E é isso que faz a enorme diferença. Houve uma época em que as pessoas o sonho era ter em Curitiba, no Paraná, um polo automotivo, que todos sabemos que é importante, mas havia toda uma construção, também, daqueles, aliás, citando aqui até de forma justa o Ex-Governador Roberto Requião que sempre dizia que a solução estava na agroindústria, que a solução estava no interior. Se hoje o Paraná é um estado rico e próspero, com o agro e com as cooperativas, isso se deve a pessoas visionárias como todos que fizeram investimentos do setor cooperativista, e todos aqueles que viram que nós tínhamos que investir... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto – PL): Deputado Romanelli, mais um minuto.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Para concluir. E tinha que investir justamente onde era possível efetivamente você gerar emprego a partir da nossa produção agrícola. Então, o caminho da ferrovia é fundamental. E nós temos que fazer com que este debate venha para esta Casa, porque é extremamente importante em relação ao futuro do Paraná. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto – PL): Quero fazer um apelo aos Deputados que estão nos seus gabinetes, para que venham aqui ao Plenário. Precisamos de quórum, precisamos fazer as votações e é importante a presença dos Deputados. Aqueles que estão nos seus gabinetes venham para o Plenário, para termos quórum e podermos iniciar as votações. Deputado Gugu Bueno, pela Liderança do Governo. Vossa Excelência tem dez minutos.

DEPUTADO GUGU BUENO (PSD): Senhor Presidente, quero, em nome da Liderança do Governo, também fazer o apelo a todos os nossos deputados e deputadas que estão ainda nos seus gabinetes, para que possam vim ao Plenário para que possamos iniciar às votações, Sr. Presidente. Presidente, hoje falarei muito brevemente neste horário da Liderança, até em respeito a um pedido da Deputada Mabel, nossa Líder da Bancada Feminina desta Casa. É mais para fazer alguns registros, Sr. Presidente. Primeiro, sobre a missão da Índia, a missão do nosso Governador, a equipe do Paraná que está lá na Índia ao longo desta semana e que se encerra no dia de hoje. Uma missão muito importante, de muitos resultados e resultados concretos, principalmente na área da tecnologia, na área da inovação. E é importante aqui registrar como um resultado concreto e um grande resultado, principalmente, Deputado Tercilio, lá para a cidade de Londrina, Deputado Tiago Amaral, para a cidade de Londrina, para a região de Londrina, o anúncio da ampliação da unidade do Grupo Tata, lá, em Londrina. Com a previsão de gerar 1.600 empregos e incrementar R\$ 160 milhões por ano na economia local. Então, sem dúvida nenhuma, um resultado concreto dessa viagem, mais uma viagem com resultado muito positivo para o Estado do Paraná. Nós que vivemos um momento muito especial, o momento que o Paraná mais atrai investimentos estrangeiros da sua história, muito fruto desse trabalho que o nosso Governador faz de apresentar o Estado do Paraná, os resultados, a forma com que fazemos as coisas aqui no nosso Estado para todo o mundo. Então, sem dúvida nenhuma, o Governador trará da Índia, junto com a sua comitiva, resultados muito, muito importantes para a economia do nosso Estado. E fazer também um breve comentário sobre a pesquisa nacional que foi publicada no final de semana, a pesquisa da Quaest, onde atesta que 79% da população paranaense aprova o nosso Governo Ratinho Júnior, aprova a gestão do Governador Ratinho Júnior. Setenta e nove por cento da população do Paraná. Podemos dizer que a cada dez pessoas oito aprovam o Governo Ratinho Júnior. É muita coisa. Isso demonstra a aprovação do nosso Governo, um dos Governadores mais bem avaliados do nosso Brasil, e é fruto de um grande trabalho, dessa transformação, desse novo momento deste nosso Estado. Este

Paraná moderno, social, inovador; este Paraná que está sendo transformado em um *hub* logístico da América Latina. Essa aprovação da nossa população é a expressão de tudo que tem acontecido no nosso Estado, em diversas áreas. Temos o menor índice de criminalidade da nossa história; temos os melhores números da economia da nossa história; temos, pela primeira vez, a melhor educação do nosso Brasil. Com toda a certeza são alguns dos muitos resultados que o Governo Ratinho Júnior tem entregado à nossa população e a população, com muita sabedoria, tem reconhecido todo esse trabalho do Governo Ratinho Júnior, esse novo momento que o Estado do Paraná tem vivido nesses últimos anos, dando ao nosso Governador essa aprovação fantástica de 79%. Como disse, seria uma fala muito breve, Sr. Presidente. Encerro, ainda estamos com um quórum de 37 deputados, solicitando que mais deputados possam vir a acompanhar a votação em Plenário, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto – PL): Próximo orador, Deputado Requião Filho, pela Liderança da Oposição.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): Vou cumprir a palavra com a Mabel, abro mão.

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto – PL): Legal, legal, Requião. Até quero fazer um chamamento aos Deputados. Hoje é um dia histórico, festivo para as nossas Deputadas. Depois, no Palácio Iguaçu, temos esse dia importante com relação ao Código de Defesa dos Direitos das Mulheres, e quero convidar a todos aqui. É uma importante ação das nossas Deputadas. Mais uma vez, quero convocar os Deputados que estão nos gabinetes para que venham até o Plenário, para iniciarmos as votações. O quórum ainda está baixo.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Pela ordem.

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto – PL): Pela ordem, Professor Lemos.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Para reforçar o convite a todos os Deputados e Deputadas e à população do Paraná. Teremos Audiência Pública dia 22, segunda-feira, aqui na Assembleia Legislativa. Vamos debater a deriva de

agrotóxicos, que faz estragos em muitas lavouras no Estado do Paraná, principalmente às lavouras sensíveis e também às abelhas. Então, estamos junto com a Frente Parlamentar, que tenho a tarefa de presidir, que é a Frente da Agroecologia e Economia Solidária, organizando essa Audiência Pública. Gostaria muito que todos os Deputados e Deputadas e a população do Estado do Paraná pudessem participar deste importante debate na segunda-feira, às 9 horas.

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto – PL): Passamos à Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA.

[Iniciou-se a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia. Presidente sem voto. Votações realizadas pelo processo simbólico ou através de aplicativo para votações. Para cômputo do quórum, registrou-se a presença dos seguintes Parlamentares: Adão Litro (PSD), Alexandre Amaro (REP), Alexandre Curi (PSD), Alisson Wandscheer (SD), Ana Júlia (PT), Anibelli Neto (MDB), Arilson Chiorato (PT), Artagão Junior (PSD), Batatinha (MDB), Bazana (PSD), Cantora Mara Lima (REP), Cobra Repórter (PSD), Cristina Silvestri (PSDB), Delegado Jacovós (PL), Delegado Tito Barichello (UNIÃO), Denian Couto (PODE), Do Carmo (UNIÃO), Douglas Fabrício (CDN), Doutor Antenor (PT), Evandro Araújo (PSD), Fabio Oliveira (PODE), Flavia Franscischini (UNIÃO), Gilberto Ribeiro (PL), Gilson de Souza (PL), Goura (PDT), Gugu Bueno (PSD), Hussein Bakri (PSD), Luciana Rafagnin (PT), Luiz Claudio Romanelli (PSD), Luiz Fernando Guerra (UNIÃO), Mabel Canto (PSDB), Marcel Micheletto (PL), Márcia Huçulak (PSD), Marcio Pacheco (REP), Maria Victória (PP), Marli Paulino (SD), Matheus Vermelho (UNIÃO); Moacyr Fadel (PSD), Nelson Justus (UNIÃO), Ney Leprevost (UNIÃO), Paulo Gomes (PP), Professor Lemos (PT), Renato Freitas (PT), Requião Filho (PT), Samuel Dantas (SD), Soldado Adriano José (PP), Tercílio Turini (PSD), Thiago Buhrer (UNIÃO) e Tiago Amaral (PSD) (48 Parlamentares); Deputados ausentes com justificativa: Ademar Traiano (PSD), função administrativa; Cobra Repórter (PSD), conforme art. 98 do Regimento Interno; (2 Parlamentares); Deputados ausentes sem justificativa: Cloara

Pinheiro (PSD), Luiz Corti (PSB), Reichembach (PSD) e Ricardo Arruda (PL) (4 Parlamentares).]

Projetos que necessitam de Apoioamento.

Projetos de Lei: (Com apoioamento e encaminhados à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) **Autuado sob o n.º 225/2024**, do Deputado Cobra Repórter, que concede o título de Capital da Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Paraná ao município de Londrina; **Autuado sob o n.º 226/2024**, do Deputado Fábio Oliveira, que concede o título de utilidade pública à Associação Novas Possibilidades A.G., com sede no município de Maringá; **Autuado sob o n.º 227/2024**, do Deputado Samuel Dantas, que concede o título de utilidade pública à Associação Terapêutica e Paradesportiva Equocavalaria, com sede no município de Curitiba; **Autuado sob o n.º 228/2024**, do Deputado Batatinha, que institui a Política Estadual de Apoio aos Catadores de Materiais Recicláveis, destinada aos catadores individuais, organizados em cooperativas ou associações; **Autuado sob o n.º 229/2024**, do Deputado Anibelli Neto, que denomina Veralice Pazzotti o trecho que interliga os municípios de Centenário do Sul a Miraselva da Rodovia PR-534; **Autuado sob o n.º 230/2024**, da Deputada Luciana Rafagnin, que dispõe sobre a afixação de cartaz nas instituições beneficiárias dos programas de compra institucional de alimentos da agricultura familiar; **Autuado sob o n.º 231/2024**, do Deputado Cobra Repórter, que dispõe sobre a obrigatoriedade das concessionárias de serviços públicos de distribuição de água, energia elétrica e gás a inserirem mensagem de conscientização e prevenção contra a violência à pessoa idosa, nas faturas do mês de junho, na forma que especifica; **Autuado sob o n.º 232/2024**, do Deputado Tercílio Turini, que denomina Vergínio Mouro o viaduto localizado no km 62 da PR-445, em frente a Toyo Sen I do Brasil Agroindustrial Ltda., no acesso para o Patrimônio da Selva. Deputados que apoiam permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. **Apoiados.**

Passamos aos Itens da pauta.

ITEM 1 - 2.ª Discussão do Projeto de Lei Complementar n.º 13/2023, de autoria da Procuradoria-Geral de Justiça, Ministério Público, Ofício n.º 1331/2023, que altera e acrescenta, na forma que especifica, dispositivos à Lei Complementar n.º 85, de 27 de dezembro de 1999 - Lei Orgânica e Estatuto do Ministério Público do Estado do Paraná, e dá outras providências. Parecer favorável da CCJ. Substitutivo geral da CCJ. Em discussão o Substitutivo Geral. Em votação.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): Para encaminhar, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto – PL): Para encaminhar, Deputado.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): Como Líder da Oposição, vou liberar a Bancada, mas o que eles chamam de “termo de ajuste de conduta” nada mais é do que um acordo de não persecução administrativa entre os membros do Ministério Público. Eu mesmo já fiz um ofício perguntando aos nossos queridos promotores quem são os deputados, os agentes políticos, os diretores de empresas públicas, que foram beneficiados com termos de não persecução penal, não persecução civil, de forma obscura pelo Ministério Público, e até hoje eles não responderam. Imaginem os senhores o que não farão os senhores promotores intramuros! Se envolvendo demais poderes já trabalham sob sigilo, imaginem os absurdos que não serão passados dentro do próprio poder do Ministério Público, através do corporativismo. Esse projeto é imoral. Vai ter gente defendendo a sua legalidade, mas já têm outros Estados que fazem, sempre foi assim. O “sempre foi assim” e “os outros já fazem” nunca foi desculpa para se fazer o errado. Eu, Deputado Requião Filho, encaminho contrário esse projeto absurdo e imoral do Ministério Público e, infelizmente, tenho que liberar a Bancada para votar como quiser.

DEPUTADO GUGU BUENO (PSD): Para encaminhar, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto): Para encaminhar, Deputado Gugu.

DEPUTADO GUGU BUENO (PSD): Presidente, com todo o respeito à opinião do Deputado Líder da Oposição, mas preciso expressar aqui a minha discordância

por absoluto da sua explanação. Primeiro, estamos tratando de um termo de ajuste de conduta, de faltas leves, dentro da incorporação no Ministério Público. Faltas que poderiam ser punidas apenas com multas ou com advertência. Isso é uma recomendação do Conselho Nacional do Ministério Público, que estamos fazendo apenas uma adequação legal. Então, não vejo nada de mais nesse projeto. Portanto, o nosso encaminhamento é pelo voto favorável, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto – PL): Votando, então, Deputados. Foram encaminhadas pelos Líderes já a votação. Líder do Governo encaminha voto “sim”. Líder da Oposição libera a Bancada.

DEPUTADO GUGU BUENO (PSD): O Governo encaminha voto “sim”, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto - PL): Enquanto estamos em votação, quero aqui saudar o Secretário de Planejamento da Prefeitura de Candói, Sr. Jorge José Rosa, e o Secretário de Finanças, Sr. Evandro. Saudar aqui também o assessor do gabinete, Sr. Paulo Pedroso de Araújo, e também o Vereador de Santa Mariana, Sr. Adriano Dias, por solicitação do Deputado Tiago Amaral. Sejam bem-vindos à nossa Casa. Deputados Anibelli Neto, Bazana, Cristina, Jacovós, Goura, Hussein, Mabel, Marcio e Tiago, ainda não votaram, para encerrarmos a votação aqui. Temos ainda mais uma Sessão após. Deputado Anibelli, Deputado Bazana, Cristina, Jacovós, Mabel, Marcio, Tiago, Goura, ainda não votaram. Encerrada a votação: **[Votaram Sim: Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Do Carmo, Douglas Fabrício, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Gugu Bueno, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Marcia Huçulak, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Tiago Amaral (31 Deputados); Votaram Não: Ana Julia, Arilson Chiorato, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Luciana Rafagnin, Professor Lemos, Renato Freitas e Requião Filho (8 Deputados); Não Votaram: Ademar Luiz Traiano, Anibelli Neto, Cloara Pinheiro,**

Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Goura, Hussein Bakri, Luis Corti, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Pacheco, Reichembach, Ricardo Arruda e Thiago Buhrer (15 Deputados).] Com 31 votos favoráveis e 8 votos contrários, está aprovado o Substitutivo Geral.

ITEM 2 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 44/2024, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.^º 2/2024, que institui o Programa Nossa Infância Paraná. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Finanças e Tributação e Comissão de Defesa dos Direitos da Criança, do Adolescente e da pessoa com deficiência. Regime de urgência. Em discussão o Projeto. Como votam os Líderes, como encaminham?

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): Torcendo para que a empresa que seja a vencedora da licitação não seja a mesma empresa dos uniformes das escolas cívico-militares, a Oposição encaminha voto “sim”.

DEPUTADO GUGU BUENO (PSD): O Governo encaminha voto “sim” para este Projeto tão importante socialmente, Sr. Presidente. O Governo encaminha voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto – PL): Em votação.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Senhor Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto – PL): Pela ordem, Deputado Romanelli.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Enquanto é feito o processo de votação, apenas para informar às Sr.^{as} e aos Sr.^s Parlamentares que o Governo do Estado cumpriu com a obrigação constitucional de enviar a esta Casa, via eletrônica, a Lei de Diretrizes Orçamentárias que vigerá em 2024, para poder elaborar o orçamento de 2025. Há de se registrar que, talvez, pela primeira vez na história não houve um ato formal de entrega da LDO, mas, enfim, de qualquer forma foi enviada a esta Casa dentro do prazo que a Constituição Estadual prevê.

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto – PL): Encerrada a votação:
[Votaram Sim: Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer,

*Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cristina Silvestri, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Do Carmo, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Gugu Bueno, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Professor Lemos, Requião Filho, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Thiago Buhrer (42 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Luiz Traiano, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Del. Jacovós, Goura, Hussein Bakri, Luis Corti, Marcel Micheletto, Reichembach, Renato Freitas, Ricardo Arruda e Tiago Amaral (12 Deputados).] Com 42 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 44/2024.***

ITEM 3 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 433/2022, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que concede o título de utilidade pública à Associação Parque... É verdade, quero me desculpar aqui. **Os Itens n.os 3, 8 e 9 faremos votação agrupada, por serem matérias correlatas.**

ITEM 3 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 433/2022, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que concede o Título de Utilidade Pública à Associação Parque Histórico de Arapoti, com sede no município de Arapoti. Parecer favorável da CCJ.

ITEM 8 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 151/2024, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que concede o título de Utilidade Pública à Confederação Brasileira de Xadrez Escolar, com sede no município de Matinhos. Parecer favorável da CCJ.

ITEM 9 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 207/2024, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que concede o Título de Utilidade Pública ao Centro de Tradições Gaúchas “Coração do Paraná”, com sede no município de Manoel Ribas. Aguardando parecer da CCJ.

Em votação os Projetos dos Itens 3, 8 e 9, que será votação agrupada, por serem matérias correlatas. Como encaminham os Líderes?

DEPUTADO GUGU BUENO (PSD): O Governo encaminha voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto – PL): Encerrada a votação: **[Votaram Sim:** Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cristina Silvestri, do Carmo, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcia Huçulak, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Professor Lemos, Renato Freitas, Requião Filho, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Thiago Buhrer (39 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Luiz Traiano, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luis Corti, Marcel Micheletto, Marcio Pacheco, Reichembach, Ricardo Arruda e Tiago Amaral (15 Deputados).] Com 39 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **estão aprovados os Projetos.**

ITEM 4 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 651/2023, de autoria do Deputado Dr. Antenor, que institui o “Dia Estadual de Conscientização e Prevenção do Infarto do Miocárdio”, a ser comemorado no dia 29 de setembro”. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Saúde Pública. Em discussão o Projeto. Como encaminham os Líderes?

DEPUTADO GUGU BUENO (PSD): O Governo encaminha voto “sim”, Sr. Presidente.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): A Oposição encaminha voto “sim”. Só tem que mudar a redação. Esse dia não é comemorado, nem celebrado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto - PL): Em votação. Vai ser corrigido, Deputado Requião. Encerrada a votação: **[Votaram Sim:** Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cristina Silvestri, Del. Tito Barichello, Denian Couto, do Carmo, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco,

Maria Victoria, Marli Paulino, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Professor Lemos, Renato Freitas, Requião Filho, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Thiago Buhrer (38 Deputados); Não Votaram: Ademar Luiz Traiano, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Del. Jacovós, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luis Corti, Marcel Micheletto, Matheus Vermelho, Reichembach, Ricardo Arruda e Tiago Amaral (16 Deputados).] Com 38 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o Projeto de Lei n.º 651/2023. (O Sr. Presidente, Deputado Marcel Micheletto, registra em Ata o voto favorável do Deputado Matheus Vermelho.)

DEPUTADO MATHEUS VERMELHO (PP): Gostaria de registrar o meu voto “sim”, Presidente, Matheus Vermelho.

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto - PL): Registrado, Deputado Matheus, em Ata aqui.

ITEM 5 – 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 1013/2023, de autoria da Deputada Cantora Mara Lima, que concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Antônio Cirino Ferro. Parecer favorável da CCJ. Em discussão o Projeto. Em votação. Como encaminham os Líderes? Em votação.

DEPUTADO ALEXANDRE AMARO (REP): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto - PL): Pela ordem.

DEPUTADO ALEXANDRE AMARO (REP): Queria encaminhar aqui no lugar do Deputado Gugu Bueno, nosso Deputado que está aí em cima. O Cirino Ferro é um grande líder, uma grande pessoa, que faz parte aqui das nossas comitivas de pastores, que tem um trabalho excelente aqui no Estado do Paraná, inclusive com a *Marcha para Jesus*. Então, eu queria pedir o voto “sim” ao Título de Cidadão Honorário do Estado para o Cirino Ferro.

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto - PL): Como encaminham os Líderes?

DEPUTADO GUGU BUENO (PSD): O Governo encaminha voto “sim”, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto - PL): Em votação, Deputados.

DEPUTADO NEY LEPREVOST (UNIÃO): Para encaminhar, Presidente, Deputado Ney Leprevost.

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto - PL): Para encaminhar, Ney Leprevost.

DEPUTADO NEY LEPREVOST (UNIÃO): Quero encaminhar também favoravelmente, conheço o trabalho do Bispo Cirino Ferro, é um trabalho muito importante, tanto no campo espiritual, ele é um dos mais respeitados líderes evangélicos do Estado do Paraná, mas também se dedica bastante à área social, na recuperação de dependentes químicos. Realmente é uma pessoa que faz por merecer essa homenagem da Assembleia Legislativa do Paraná. E é também um dos organizadores da *Marcha para Jesus*, que é um evento cristão que já está consolidado no calendário da cidade de Curitiba. Portanto, o União Brasil encaminha voto “sim” ao Título para o Bispo Cirino Ferro.

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto - PL): Encerrada a votação:

[Votaram Sim: Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cristina Silvestri, Del. Tito Barichello, Denian Couto, do Carmo, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Gugu Bueno, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcia Huçulak, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Paulo Gomes, Professor Lemos, Samuel Dantas, Tercílio Turini e Thiago Buhrer (37 Deputados); Não Votaram: Ademar Luiz Traiano, Alexandre Curi, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Del. Jacovós, Goura, Hussein Bakri, Luis Corti, Marcel Micheletto, Marcio Pacheco, Ney Leprevost, Reichembach, Renato Freitas, Requião Filho, Ricardo Arruda, Soldado Adriano José e Tiago Amaral (17 Deputados).] Com 37 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o Projeto de Lei n.º 1013/2023. (O Sr.

Presidente, Deputado Marcel Micheletto, registra em Ata o voto favorável do Deputado Ney Leprevost.)

DEPUTADO NEY LEPREVOST (UNIÃO): Só pedir para registrar o meu voto “sim” na votação, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto - PL): Sem problemas, Ney. Desculpe aqui. Está registrado.

ITEM 6 – 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 101/2024, de autoria Do Poder Executivo, Mensagem n.º 8/2024, que altera a Lei n.º 16.544, de 14 de julho de 2010, que dispõe sobre o processo disciplinar na Polícia Militar do Estado do Paraná. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Segurança Pública. Em discussão o Projeto. Em votação. Como encaminham os Líderes?

DEPUTADO GUGU BUENO (PSD): O Governo encaminha voto “sim”, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto - PL): Em votação.

DEPUTADA MABEL CANTO (PSDB): Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto - PL): Deputada Mabel.

DEPUTADA MABEL CANTO (PSDB): Enquanto ocorre a votação, reforçar mais uma vez o convite para a assinatura da Lei do Código Estadual da Mulher Paranaense, que será agora às 17 horas ali no Palácio. Então, convidar as Deputadas, os Deputados, para que estejam presentes nesse ato, nessa lei que é daqui da Casa, da Assembleia Legislativa, para as mulheres do Estado do Paraná.

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto - PL): Parabéns mais uma vez, Deputada, e a todas as Deputadas da nossa Assembleia Legislativa por esta ação tão importante. Convido também, pela Presidência, todos os Deputados e Deputadas para esse grande evento.

DEPUTADO GUGU BUENO (PSD): Senhor Presidente, só para lembrar aos nobres Deputados que, logo após o encerramento desta Sessão, teremos mais uma Sessão Ordinária.

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto - PL): Teremos mais uma Sessão. Isso mesmo, Deputado Gugu Bueno.

DEPUTADO MATHEUS VERMELHO (PP): Senhor Presidente, enquanto o pessoal finaliza a votação, quero relembrar os nobres Pares que teremos reunião da Comissão de Turismo. Serão três pautas, coisa rápida. Obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto - PL): Encerrada a votação: **[Votaram Sim:** Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cristina Silvestri, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Do Carmo, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Gugu Bueno, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Professor Lemos, Renato Freitas, Samuel Dantas, Tercílio Turini e Thiago Buhrer (41 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Luiz Traiano, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Del. Jacovós, Goura, Hussein Bakri, Luis Corti, Marcel Micheletto, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Soldado Adriano José e Tiago Amaral (13 Deputados).] Com 41 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 101/2024.**

ITEM 7 – 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 117/2024, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 12/2024, que altera dispositivo da Lei n.º 20.743, de 5 de outubro de 2021, que instituiu o programa de recuperação dos ativos e créditos oriundos das operações de titularidade do Estado do Paraná, resultantes da liquidação do banco de desenvolvimento do Estado do Paraná. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Finanças e Tributação. **Retirado de ofício pelo Presidente.**

(Não havendo mais matéria a ser deliberada na pauta da Ordem do Dia, passou-se à votação dos Requerimentos.)

REQUERIMENTOS.

Requerimento n.º 951/2024, dos Deputados Flávia Francischini, Cristina Silvestri, Batatinha, Ney Leprevost e Moacyr Fadel, requerendo o envio de expediente ao Secretário de Educação, Sr. Roni Miranda Vieira, requerendo informações relativas à situação das Pessoas com Autismo na Rede Pública de Ensino, na forma delineada.

DEPUTADO GUGU BUENO (PSD): Houve um entendimento com a autora. Vamos encaminhar como Expediente, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto - PL): Encaminhado como Expediente. **Conforme acordo do Líder do Governo com a autora, será encaminhado como envio de expediente.**

Requerimento n.º 952/2024, do Deputado Paulo Gomes, Presidente da Comissão Especial da Consolidação de Leis do Consumidor, requerendo a prorrogação em até 15 (quinze) dias para apresentação do parecer ao Projeto de Lei n.º 1055/2023. Em discussão. Em votação. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado o Requerimento.** (**Requerimento encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.**)

Requerimento n.º 934/2024, do Deputado Hussein Bakri, solicitando dispensa de votação de Redação Final ao Projeto de Lei n.º 44/2024. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado o Requerimento.** (**Requerimento encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.**)

Requerimentos aprovados e encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.

Requerimento n.º 928/2024, do Deputado Professor Lemos, solicitando o registro e o envio de menção honrosa pelas comemorações alusivas aos 60 anos de emancipação política ao município de Capitão Leônidas Marques, a ser celebrado em 28 de abril de 2024; **Requerimento n.º 929/2024**, do Deputado Márcio Pacheco, solicitando o envio de expediente ao Sr. Deputado Arthur Lira, Presidente da Câmara dos Deputados, manifestando apoio às demandas dos

motoristas de aplicativos; **Requerimento n.º 930/2024**, do Deputado Fábio Oliveira, solicitado o registro e o envio de menção honrosa ao Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado do Paraná (Sinduscon/PR); **Requerimento n.º 931/2024**, do Deputado Soldado Adriano José, solicitando o registro e o envio de menção honrosa para a II.^{ma} Sr.^a Solange Gomes Taniguchi, pela incansável promoção de eventos como festas juninas e luau na prainha, demonstrando sua busca pelo bem-estar e união da comunidade; **Requerimento n.º 932/2024**, do Deputado Márcio Pacheco, solicitando o envio de moção de votos de congratulações e aplausos à Escola Nilza Tartuce, pelos seus 60 anos; **Requerimento n.º 933/2024**, do Deputado Anibelli Neto, solicitando o envio de votos de louvor e congratulações com menção honrosa pelo transcurso do Dia do Rotariano Paranaense, comemorado no dia 27 de abril; **Requerimentos n.ºs 939 a 942, 944 e 945/2024**, do Deputado Delegado Tito Barichello, solicitando o envio de votos de congratulações aos municípios de: Maripá, 34 anos; São José das Palmeiras, 39 anos; Espigão Alto do Iguaçu, 28 anos; Figueira, 42 anos; Porto Rico, 60 anos; e Piraí do Sul; **Requerimento n.º 943/2024**, do Deputado Goura, solicitando o envio de expediente ao Secretário de Estado da Educação, Sr. Roni Miranda Vieira, requerendo a inclusão, na rede pública estadual de ensino, dos mapas educativos referentes às comunidades quilombolas e indígenas do Paraná e das comunidades caiçaras do litoral do Estado; **Requerimento n.º 946/2024**, da Deputada Cristina Silvestri, solicitando o registro e o envio de votos de congratulações ao 1.^º Sgto. Marcos Clarel Ferreira, do 16.^º Batalhão da Polícia Militar; **Requerimento n.º 947/2024**, do Deputado Luiz Cláudio Romanelli, solicitando o envio de expediente ao Diretor do DER/PR, Sr. Fernando Furiatti Saboia, requerendo empenho e providências administrativas urgentes na realização de reparos e manutenção da PR-433, que sulca o município da Lapa, nas comunidades Capão Bonito à Água Azul; **Requerimento n.º 949/2024**, do Deputado Anibelli Neto, solicitando o envio de votos de pesar à família pelo falecimento do Sr. Odival Franciscon, ocorrido no dia 10 de abril, no município de Apucarana; **Requerimento n.º 950/2024**, da Deputada Luciana Rafagnin, solicitando o registro e o envio de votos de congratulações com menção honrosa

para a Associação dos Produtores de Queijos Artesanais do Sudoeste do Paraná - Aprosud e três de seus associados relacionados, pela conquista de premiação no 3.º Mundial do Queijo do Queijo de 2024.

Requerimentos com despacho do Presidente.

Ao Cerimonial, à Diretoria-Geral e à Diretoria Legislativa para providências:

Requerimento n.º 936/2024, da Deputada Márcia Huçulak e do Deputado Luiz Cláudio Romanelli, requerendo o uso do horário do Grane Expediente da Sessão Plenária do dia 27 de maio de 2024, para homenagear o curso de Enfermagem da Universidade Federal do Paraná (UFPR), que completará 50 anos.

À Diretoria Legislativa para providências: Requerimento n.º 937/2024, dos Deputados Anibelli Neto e Alexandre Curi, requerendo a inclusão do Deputado Alexandre Curi como co-autor do Projeto de Lei n.º 974/2019; **Requerimento n.º 948/2024**, dos Deputados Maria Victória, Bazana, Douglas Fabrício, Gilberto Ribeiro, Goura, Artagão Junior, Batatinha, Márcio Pacheco, Evandro Araújo, Hussein Bakri, Delegado Jacovós, Luiz Cláudio Romanelli, Cobra Repórter, Luciana Rafagnin, Marli Paulino, Paulo Gomes, Cristina Silvestri e do Carmo, requerendo a constituição da Frente Parlamentar de Conscientização sobre Doenças Crônicas de Pele; **Requerimento n.º 953/2024**, dos Deputados Soldado Adriano José, Alisson Wandscheer, Anibelli Neto, Delegado Tito Barichello, Douglas Fabrício, Gilberto Ribeiro, Paulo Gomes, Requião Filho, Thiago Bührer e Tiago Amaral, requerendo a criação da Frente Parlamentar em Apoio e Defesa dos Profissionais do Sistema Socioeducativo no Estado do Paraná, a vigorar durante a Legislatura 2023 a 2026.

Justificativas de ausência.

Deferido conforme o art. 97, § 3.º, IV do Regimento Interno (Deputado que, por indicação do Presidente, estiver representando a Assembleia): **Requerimento n.º 938/2024**, do Deputado Fábio Oliveira, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 15 de abril de 2024.

SR. PRESIDENTE (Deputado Marcel Micheletto – PL): Nada mais havendo a ser tratado, encerro a presente Sessão, marcando outra, antecipada de

quarta-feira, dia 17, para hoje, dia 16, na sequência, com a seguinte **Ordem do Dia que já foi anunciada e disponibilizada no site da Assembleia**: 3.^a Discussão do Projeto de Lei Complementar n.^º 13/2023; 2.^a Discussão dos Projetos de Lei n.^ºs 433/2022, 651/2023, 1013/2023, 101/2024, 117/2024, 151/2024 e 207/2024; e 1.^a Discussão dos Projetos de Lei n.^ºs 858/2023 e 867/2023.

“LEVANTA-SE A SESSÃO.”

(Sessão encerrada às 16h06, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 139 da Resolução n.^º 11 de 23/8/2016, Regimento Interno.)